

# ANARQUISMO NOS ANOS '80 DO SÉCULO XX: MEMÓRIA E REFERÊNCIA DO PERÍODO

**Bruno Lima Rocha**

## **Introdução, o lugar de fala e do que estamos recordando**

Iniciar um texto como esse é sempre uma tarefa difícil, e por vários motivos. Um deles, talvez o mais relevante, se dá pelo fato deste que escreve não ser historiador, e logo, até pela carência de tempo, não ser possível uma recuperação correta de materiais e fontes impressas. Outra razão para a delicadeza do tema são as pessoas envolvidas. Resgatar a memória da dimensão ideológica do anarquismo na década de 1980, as ideias que circulavam na época, as limitações e virtudes do “movimento” formam um conjunto delicado. Logo, o que faço aqui é uma releitura da época, bastante particular e com erro histórico crasso: vou interpretar os debates circulantes no anarquismo brasileiro da época aos olhos da segunda década do século XXI, com mais de vinte anos de especificismo atuante no Brasil e sólidos vínculos militantes em todos os níveis. Ou seja, é sempre uma leitura aos olhos do tempo presente, sendo que tal temporalidade inicia na interna da ideologia na virada de 1994 para 1995.

Outro problema evidente é o do lugar de fala. A memória e a reflexão aqui abordadas tratam dos anos de 1988 a 1992, considerando que os anos '80 no Brasil terminaram com a queda do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Além da temporalidade, temos o fator geográfico. A militância deste que escreve começou na mobilização social do primeiro semestre de 1988, com a luta secundarista no Rio de Janeiro, unificando escolas privadas e públicas. No ano seguinte, já militando em grêmio estudantil e na Zonal Sul da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES-Rio), percebi como obrigação e necessidade estar organizado politicamente. Logo, a busca por ingresso no anarquismo organizado foi fruto de militância social e a sensação de isolamento diante de outras correntes. O espaço de acolhimento foi o Círculo de Estudos Libertários (CEL) e o coletivo editorial da revista Utopia. O CEL se torna CELIP, ganhando o nome do companheiro Ideal Peres, histórico militante do Rio de Janeiro e filho da segunda geração de anarquistas militantes em sindicatos de resistência no Brasil. Vale registrar que o CEL, depois CELIP, é herdeiro e continuidade da retomada pública do Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP),

foi partícipe do jornal Inimigo do Rei (circulando de 1977 a 1987), no editorial Novos Tempos e de certa efervescência da difusão e “redescoberta” do anarquismo no Brasil da década.

Já a trajetória política do período começa no pedido de ingresso de um grupo de afinidade, pequenos coletivos formados por pessoas conhecidas e tinham como principal atividade a propaganda da ideologia e alguma inserção social em local de estudo, trabalho ou moradia. Tal coletivo se chamava Célula Anarquista Estudantil 9 de julho (data da greve geral de São Paulo, 1917). A célula atendia pela sigla de CAE-9, e realmente, apesar das tensões internas vividas, deu o salto de qualidade no debate político e inserção social necessária. Em abril de 1990, o CAE-9 se torna coletivo, e o processo de ingresso passa a ser aberto para todos os estudantes que desejassem militar socialmente. Como o CAE-9 coletivo ultrapassava a frente estudantil, no segundo semestre daquele mesmo ano, passa a se chamar Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), organizado em frentes de trabalho, reunião semanal de coordenação e uma proposta de inserção por local de atuação e estar sempre solidário às lutas da metrópole do Rio de Janeiro. Entendo que as experiências – riquíssimas – do GAAD e do conjunto de ações ao seu redor ou em aliança implicam outro texto, com o qual desde já me comprometo.

Nas palavras que seguem, não teremos mais a presença do GAAD, CEL, CAE-9 e demais siglas da época, como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), o Seminário Anarquismo Hoje (anualmente realizado no Rio), o Encontro do Rio de Janeiro de Estudantes Libertários (ERJEL, abril de 1990), o Encontro Punk Libertário de Belo Horizonte (quando anarquistas militantes e fora da subcultura criaram o conceito de anarco-punk em outubro de 1990), o próprio Movimento Anarco-Punk (MAP, um conceito de politização da cultura de protesto com status de frente político-cultural), o excelente jornal Mutirão, a vida na *Komunidade* (um apartamento coletivo que servia como local de moradia e base política, iniciada em março de 1992) e as relações solidárias com movimentos sociais, que também resultaram nos seminários “Movimentos Sociais hoje” e a participação conjunta com o movimento negro, de orgulho gay, defesa dos camelôs e trabalhadores da economia informal, dos trabalhadores petroleiros do norte fluminense, de fábricas ocupadas, da oposição rodoviária, nas constantes participações em greves de professores do SEPE, em ocupações urbanas (que foram o germe para futuras ocupações rurais e de edifícios), e

também na mescla – hoje fruto de crítica e autocrítica – do ativismo cultural (na época não existia esse conceito) com status de participação política.

Outra determinação geográfica se dá para além da projeção das experiências do Rio de Janeiro, mas também com um intenso intercâmbio com São Paulo, tanto em sua capital como na Região Metropolitana. O fato é, aceitemos ou não, que o anarquismo paulista e paulistano entrou em um ritmo de reprodução espontânea através da subcultura do punk e suas derivações, vindos a massificar-se em setores importantes da juventude trabalhadora e periférica – com menor incidência entre jovens afro-brasileiros – e tal aporte de aderentes à ideologia sempre foi motivo tanto de tensão como de troca de participantes. Não há elemento algum de crítica neste sentido, mas um reconhecimento do período, cuja massificação se dá antes mesmo da retomada pública do Centro de Cultura Social (CCS-SP) e também da formação da seção brasileira da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), atendendo esta pelo nome de Confederação Operária Brasileira (COB), a mesma sigla histórica dos tempos gloriosos de 1906, 1913 e 1920, quando dos três congressos nacionais da Confederação.

Considerando o gigantismo da presença do punk em São Paulo e o aporte constante de adeptos desta subcultura de rebeldia para o anarquismo, por momentos, entendo que houve certa confusão, ou ao menos sobreposição de uma com a outra, e vice-versa. Isso marca o período da segunda metade da década de '80 até '92, sendo aprofundado até a consolidação do especificismo no Brasil com a atual estrutura da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), a qual este que escreve é aderente. Afirmo isso porque estes eram os debates da época, do período. Nem todos os punks eram necessariamente anarquistas, mas a ideologia atravessava a subcultura, e desta vinham os adeptos de classes sociais menos favorecidas, tornando o anarquismo mais “popular”. Ao mesmo tempo, entendo eu, isso reforçava também certa mentalidade de gueto na ideologia, considerando que para cada subcultura e derivações existentes no Brasil, era necessária alguma iniciação, pois os signos não circulavam amplamente no período anterior a popularização da internet no Brasil. Existem trabalhos muito especializados no tema, e não é pretensão minha passar esta primeira constatação.

Assim, afirmando esta primeira parte Introdutória, demarcamos o lugar de fala, tanto na temporalidade como no espaço geográfico. O fiz para evitar cair na tentação de projetar um “movimento” em nível nacional, algo bastante recorrente em função da centralidade de recursos no Rio de Janeiro (domínio cultural) e em São Paulo (domínio econômico), além de Brasília (domínio político-administrativo), existindo no Brasil, três

capitais de fato. Dito isso, adentremos ao horizonte das ideias circulantes no período narrado.

### **A mentalidade política e a memória de um período**

Reforço uma noção inicial. Peço aos leitores/as, um elevado grau de tolerância e, acima de tudo, que projetem suas leituras como uma viagem no tempo, rumo à mentalidade de quem militava na época e estava em busca de linhas políticas para a ideologia anarquista no Brasil.

Cabe começar do início, recordando como foi a identificação deste que escreve com as ideias-guia do socialismo libertário e as características deste processo. Eu me aproximei do anarquismo brasileiro na segunda metade da década de '80. Como muitos, me “converti” sozinho, talvez pelo interesse em política, o momento da Abertura brasileira, a pressão das greves daquele período (ainda sob a influência quase mística do ABCD paulista) e profunda repulsa ao autoritarismo expresso nos países do Leste Europeu. Ao contrário da maioria dos companheiros e companheiras daquela geração, não tinha contato algum com o punk e suas derivações antes de começar a militar, não tendo passagens pela contracultura. Por incrível que pareça, ainda no ano de 1985, a derradeira identificação com o anarquismo se deu com a simbiose de uma stalinista com a Rede Globo.

A minissérie “Anarquistas Graças a Deus” (direção de Walter Avancini) foi primeiramente exibida em 1984 e reapresentada no final de 1985. É baseada no livro de memórias de Zélia Gattai, esposa de Jorge Amado, stalinista de formação, mas filha de militantes anarquistas italianos radicados na São Paulo das décadas de '10 e '20 do século passado. Na série, assim como no livro, as generosas memórias da infância da autora são mescladas com comentários políticos, obviamente determinados pelas crenças, convicções e preferências de Zélia Gattai como ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCB ainda, depois Partido Comunista Brasileiro), da linha de Moscou (*Komintern* e depois *Kominform*, no pós 2ª Guerra).

A impressão para o espectador comum foi de simpatia, mas de menosprezo político. Na série, assim como nos prefácios da literatura acadêmica de “resgate” do anarquismo brasileiro, nossa ideologia era apresentada como “a infância do movimento operário e sindical brasileiro”, obviamente, apontando que a “maturidade”, teria sido a chegada do marxismo (primeiro, com o racha à direita do anarquismo entre 1919 e

1922) e, posteriormente, com a ascensão do varguismo e a definição das primeiras leis trabalhistas em 1932, até a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943.

O varguismo ajudou, e muito, a ampliar o desconhecimento de nossa ideologia no Brasil. Ao afirmar o dia 1º de Maio como Dia do Trabalho – e não do Trabalhador – e na construção do sistema partidário pós-Estado Novo, estando o PTB (ideologia “trabalhista”) mesclado simbolicamente com o negro, o vermelho e o branco da “paz social”, a participação do anarquismo foi apagada da narrativa oficial pela força dos “vencedores”. Assim, a identificação com nossa ideologia, vinha também na negação do stalinismo, do manejo varguista e uma profunda noção de fomos – somos – injustiçados pela história contada por quem tem controle hegemônico sobre os meios de reprodução ideológica.

Apesar de ser lugar comum o conjunto das afirmações acima, vejo como fundamental aprofundar no problema. Entendo que uma série de circunstâncias e o momento histórico do pós 2ª Guerra, levou nossa ideologia a ficar acuada, em condição meio que de “derrota histórica”. Não conseguimos ter variáveis táticas para resistir ou sobreviver à ditadura de fato de Vargas a partir de 1935 – com a Lei de Segurança Nacional – e ao Estado Novo instaurado em novembro de 1937. Conversando com os veteranos, filhos dos sobreviventes da época, percebemos que havia algum nível de isolamento social, ao menos um afastamento das lutas sociais do período.

O tema é muito delicado e não debato aqui em nenhuma condição acusatória, apenas fazendo uma reflexão coletiva. O processo brasileiro de formação social da classe trabalhadora assalariada urbana passa por três condições básicas. A primeira e mais importante, a abolição da escravidão sem nenhum tipo de reparações para os afrodescendentes. Logo, livres e libertos, a maioria negra oscilava entre o emprego braçal, o subemprego estrutural e o desemprego criminalizado pelo crime de vadiagem. A segunda característica, a presença de mão de obra imigrante de origem europeia embora não exclusiva. A terceira, a total ausência de legislação social protetiva.

A soma destes fatores levou a militância anarquista (posterior a 1934) a reproduzir equívocos históricos – na afirmação do perfil de classe – quando da concepção de inserção social, de trabalho de base, da incompreensão da cultura política patrimonialista e à época ainda coronelística brasileira, hoje refletindo, com afirmações extraídas do inimigo de classe em momentos distintos. Primeiro, ao confundir a ideologia com a mão de obra imigrante, se reforçava a ideia absurda da “flor exótica”,

onde as ideias de emancipação seriam “estranhas” ao povo brasileiro que, segundo a elite da primeira república, seria “pacato e ordeiro”. Segundo, ao não compreender o aspecto profundamente popular do anarquismo brasileiro das três primeiras décadas do século XX, é como nos desassociássemos das práticas de resistência popular quando nossa ideologia não fosse hegemônica. O terceiro equívoco, este sim mais internalizado, passa pela linha política do anarquismo difundido mundialmente, posterior à derrota histórica na Europa e na América Latina, Brasil incluído.

O único país de nosso continente onde o anarquismo sempre esteve presente nas lutas populares de seu tempo foi o Uruguai. Nos demais, Brasil incluído, o esforço por inserção social veio acompanhado de um intenso debate – por vezes nada fraterno – de linha política. No período anterior ao especificismo, as tentativas de organizar socialmente se viam parcialmente frustradas pela ausência de debate mais organizado, sistematização de ideias e proposição organizativa. Assim, o anarquismo praticado pela militância brasileira era muito influenciado pelas práticas majoritárias na ideologia na Europa após a derrota na Revolução Espanhola, pelas subculturas de origem anglo-saxã, pela autonomia operária europeia (incluindo as práticas de *squatters*, ocupações urbanas para moradia e ativismo cultural) e todo um conjunto de comportamentos e atividades de tipo após Maio de 1968 na França.

A soma destes fatores e forças intervenientes leva nossa ideologia a se posicionar mais no campo da propaganda do que na organização social, agindo no campo da estética e da reflexão filosófica e não a partir das classes sociais concretas ou sujeitos sociais organizados. E, especificamente no caso brasileiro, bastante dissociadas das experiências de luta e combate dos anos '60 e '70 do século XX. Até o contato permanente e orgânico com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU, iniciado no final de 1994 e ganhando forma e volume no ano seguinte com a fundação da Federação Anarquista Gaúcha, FAG, em 18 de novembro de 1995), a participação direta em lutas sociais era carente de um modelo organizativo. Outra carência, esta mais do campo das identidades políticas do que necessariamente da capacidade organizativa, era à distância das lutas de nosso tempo.

Neste caso, especificamente, a versão explicada pelos veteranos com os quais tive contato, realmente espelham o pensamento oficial hegemônico no Brasil. No livro *A História do Brasil*, de Boris Fausto, o liberal *uspiano* afirma que ao interromper o fluxo de imigrantes nos anos '30 e receber migrantes do norte de Minas Gerais e do Nordeste para os grandes centros, o sindicalismo brasileiro ficou sem sua base histórica.

É o mesmo mito fundador do racismo dentro do mundo do trabalho argentino, com os *cabecitas negras* contra os *cabecitas rubios*, onde o peronismo a partir de 1943 se forma ao mesmo tempo em que reconhece os direitos dos trabalhadores urbanos e afirma a tutela do Estado e de seu líder, Juan Domingo Perón, como garantia destes direitos. A maior referência política de Perón era o próprio Vargas e, por consequência, houve certa reprodução de apreço dos inimigos do peronismo, incluindo o heroico e massivo anarquismo argentino da primeira metade do século XX.

Logo, a mesma interpretação histórica se reproduzia no Brasil. A militância que passou o bastão dos anos '20 para os anos '80, cujos momentos intermediários estão sendo rigorosamente pesquisado pelo historiador e companheiro Rafael Viana, também se entendia como distante do cotidiano da maioria, como que garantindo a memória e a propaganda ideológica da contaminação das conflituosas relações sociais. Foi esse o contexto de retomada de inserção social, de atividade organizativa, de muita agitação e presença solidária em lutas concretas, de muitos embates, todos os quais eu pude acompanhar ou conhecer quem nestes episódios estava presente.

No contato e na presença das lutas sociais o embate era “clássico”: anti-eleitoralismo; contra a presença de partidos de intermediação; na defesa de democracia direta nas lutas concretas; contra o serviço militar obrigatório; um comportamento ético à altura das ideias defendidas. Já no plano interno ao anarquismo, o conflito se dava em outro nível, o de carência de ferramentas organizativas e a centralidade de um projeto de síntese e educacionista. Sem mergulhar necessariamente no tema, a síntese é a versão de federação de grupos (e por vezes de grupos e indivíduos), onde a estrutura política não opera como partido, até porque não exige compromisso individual da militância e sim acordos mínimos dos grupos filiados. Desta forma, os grupos federados terminam atuando em campanhas anuais, ou atividades coordenadas minimamente, mas sem conseguir operar como uma alternativa política para as maiorias do país ou território onde atuam. O educacionismo é um termo que denomina a prioridade da difusão ideológica sem estar acompanhada da organização de base e a luta reivindicativa. Apesar de difundir o anarquismo, termina reforçando o isolamento social, mais idealizando o povo do que convivendo com este em todos seus dramas e virtudes. Tais observações – repito - não implicam em nenhuma hipótese a condenação destas práticas, e sim a crítica a partir da dimensão interna dos defensores de nossa ideologia. Obviamente, que tal projeto era o elemento de continuidade em si da geração que

heroicamente manteve a memória do “movimento”, mas que não construiu a ferramenta política à altura da luta popular do período da Abertura no Brasil.

Ao mesmo tempo, o anarquismo difundido nos anos '80 do século XX, estava profundamente marcado por uma positiva cultura não autoritária, e especificamente vendo o marxismo como religião de Estado de metade do planeta. Estávamos nos últimos momentos da Guerra Fria, e mesmo nos marxismos praticados no Ocidente, a defesa tanto da *Nomenklatura* da União Soviética (URSS) como do Mandarinato do Partido “Confuciano” Chinês (já na Era Deng Xiao Ping), era minoritária. No solo brasileiro, a linha mais radical do reformismo, dialogava bem com a ala esquerda do Sindicato Solidarietà da Polônia (ala esta composta pelo anarquismo e o trotskismo) e estava atravessada pela Teologia da Libertação. Como o anarquismo nacional ainda era profundamente ateu e anticlerical, por tabela, víamos mais um ponto de isolamento.

Vale observar um detalhe nesta afirmação. Ao reconhecer o valor militante do reformismo radical do Brasil dos anos '70, estando à força destas experiências em toda América Latina, não significa que exista uma adesão religiosa da militância política (hoje), mas sim uma diferença de enquadramento. Em última hipótese, a defesa de uma sociedade cujo direito a fé não implique em manipulação desta mesma fé e menos ainda fazer da religião uma forma de acumulação de poder e recursos.

Retornando ao tema principal deste texto, insisto que esta marca de antimarxismo em função das sociedades concretas construídas na União Soviética, no Leste Europeu, na Ásia e, de certo modo, a repressão interna à esquerda em Cuba, tornou a militância anarquista da época profundamente inimiga do autoritarismo, libertária em sua dimensão mais intrínseca. Como toda visão memorialista também é particular, afirmo que tal marca é positiva, não permitindo a existência de nenhuma tentação oficialista, de ocupação de postos-chave no Aparelho de Estado, de visão complacente com a burocracia ou o carreirismo político. Uma década depois, e o conceito de dominação burocrático-administrativa viria a oferecer a base explicativa de toda a repulsa advinda de uma tenebrosa experiência histórica, aonde os direitos sociais não vinham acompanhados de quase nenhum direito político e poucos direitos civis.

Passados mais de vinte e cinco anos da queda do muro de Berlim e da dissolução da antiga URSS, hoje o tema de ataque ao autoritarismo intrínseco ao marxismo (se não todas suas versões, ao menos em sua espinha vertebral, desde o “fundador”) é visto como secundário. Por um milagre do academicismo, o marxismo, o pensamento marxiano, e todas as suas variações, são observados como



“transformadores” e “emancipadores” das sociedades humanas. Para quem foi formado na década de '80, e tem como memória política a tragédia que se abateu sobre a classe trabalhadora de orientação anarquista no Brasil dos anos '30 – isso sem falar da escala mundial da repressão stalinista – o pensamento libertário deixou uma marca de negação do autoritarismo de Estado – mesmo quando distribui parcialmente a renda de uma sociedade - e o ódio profundo às burocracias administrativas de todos os tipos.

Estes calos ideológicos deixaram uma marca profunda na militância daquele período que considero como de transição entre a retomada a partir de categorias da derrota histórica (como o sintetismo, o educacionismo, a difusão de propaganda sem inserção, a preservação da memória sem incidência nos tempos vividos) rumo à inserção social, colocando o anarquismo como ferramenta válida e a serviço da libertação do povo brasileiro. Com raras exceções, o sentido de pertencimento da geração dos anos '80 do século XX sobrevive até os dias de hoje. No período, vivia-se uma identidade intermediária entre o anarquismo histórico e a subcultura de rebeldia, atravessados estes pertencimentos pela atuação intensa de debates autodidatas (uma virtude reconhecida), o apoio solidário às lutas sociais concretas e uma noção tática sempre presente nos momentos de luta (algo até hoje presentes e aprimorados).

### **Legado, passado e presente**

Para além da avaliação retrospectiva, da crítica e porque não da autocrítica de quem viveu a época, podemos ressaltar como o grande legado da época a formação de militantes autodidatas e irredutíveis. Nas metrópoles brasileiras onde havia a existência de um centro de cultura permanente, toda semana um debate preparado pelos próprios militantes, ou a presença de convidados sem grau algum de “estrelismo”, gerou uma capacidade de reflexão acima da média.

Passados mais de vinte e cinco anos, podemos avaliar tal formação como essencial para gerar na militância de hoje um viés libertário e porque não, de subordinação do intelectual orgânico para a cultura e o valor do autodidata. No Brasil do século XXI, na medida em que há o avanço do trabalho sócio-técnico, temos cada vez mais militantes com vínculos acadêmicos, universitários. Logo, há o risco permanente de matrizes autoritárias do socialismo, confundirem os papéis entre professores e estudantes, ou chefes de departamento e pesquisadores, com os mesmos papéis equivalentes nos partidos e agrupações políticas. Para além do fato destas

práticas nefastas não existirem em nenhuma versão de anarquismo, nossa militância oriunda dos anos '80, simplesmente jamais aceitou nada nem parecido.

A forja de autodidatas com bons reflexos táticos foi uma marca do período; na interna da ideologia, espaços como o CELIP – de existência continuada – geraram a capacidade de reflexão coletiva e responsabilidade individual necessária para não perder os valores de nossa cultura política. Diante das estruturas formais do Estado com as quais convivemos, sem esta carga de valores tão entranhada, poderíamos ficar por demais expostos, para além da pouca margem de manobra que nossa ideologia habilita na política institucionalizada.

Ao formar uma geração de irredutíveis, mesmo com todos os equívocos aqui listados, os elementos de continuidade da virada da década de '80 para a de '90, transformaram-se nas condições para o salto de qualidade política e a maturidade necessária para incorporar o especificismo e a vertente latino-americana do anarquismo hoje existente e militante no Brasil. Concluo esse breve texto reconhecendo o valor de quem preservou a memória da ideologia de 1934 até a Abertura brasileira, seguindo ao mérito da geração que difundiu o anarquismo ao Brasil até a maturidade da inserção social do socialismo libertário.

Dezembro de 2016